



INFORMAÇÃO PRÉVIA DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO

Ex.mo Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Penafiel

REQUERENTENome: NIF: Morada: Código Postal: Documento de Identificação: BI CC Número: Validade: Contacto telefónico: E-mail: **REPRESENTANTE**Nome: NIF: Morada: Código Postal: Documento de Identificação: BI CC Número: Validade: Contacto telefónico: E-mail: Qualidade de: Mandatário Sócio Gerente Administrador Procurador Outra: **OBJETO DO REQUERIMENTO**

Vem, na qualidade de do prédio abaixo identificado, requerer a V. Ex.^a Informação Prévia para a realização de obras de urbanização, nos termos do disposto no artigo 14.º do Dec. Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação dada pelo Dec. Lei 136/2014, de 9 de setembro (RJUE).

O prédio localiza-se em ,
na freguesia de , e está descrito na Conservatória do Registo Predial sob o
n.º e inscrito na matriz sob o artigo , com a área de e
tem como antecedentes o processo .

Mais solicita que a informação contemple os aspetos referidos no n.º 2 do artigo 14.º do RJUE.

O Prédio em causa é propriedade de: [redacted]
residente em [redacted] código
postal [redacted].

Pede deferimento,

Data: [redacted] O requerente: _____

Autorizo a utilização dos contactos telefónico e e-mail para o envio de informações e notificações relativamente a este processo.

DOCUMENTOS QUE INSTRUEM O PEDIDO:

- 1.020** Requerimento **DGU 1.020**;
- 2.004** Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos, ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial; quando omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial, acompanhada da caderneta predial onde constem os correspondentes artigos matriciais (n.º 1, Anexo I, Port. 113/15, 22/04);
- 3.008** Termo de responsabilidade de técnico autor do projeto de condicionamento acústico que ateste da conformidade da operação com o Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro (Al. b), n.º 8, Anexo I, Port. 113/15, 22/04);
- 3.205** Comprovativo da habilitação do técnico autor do projeto de condicionamento acústico que ateste da conformidade da operação com o Regulamento Geral do Ruído (n.º 3, Art 10, RJUE);
- 4.014** Fotografias do imóvel;
- 4.022** Memória descritiva contendo (n.º 5, Anexo I, Port. 113/15, 22/04):
 - Área objeto do pedido, caracterização da operação urbanística, enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis e justificação das opções técnicas e da integração urbana e paisagística da operação;
 - Indicação das condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente, incluindo com a via pública e as infraestruturas ou equipamentos aí existentes;
 - Programa de utilização das edificações, quando for o caso, incluindo a área a afetar aos diversos usos;
 - Áreas destinadas a infraestruturas, equipamentos, espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva e respetivos arranjos, quando estejam previstas;
- 4.026** Quadro sinóptico aplicável (al. h), n.º 5, Anexo I, Port. 113/15, 22/04);
- 6.001** Extrato da planta de localização fornecida pela câmara municipal com delimitação da área objeto da operação, à escala 1:5.000, com indicação das coordenadas geográficas (n.º 2, Anexo I, Port. 113/15, 22/04);
- 6.002** Extrato do ortofotomapa do Município, assinalando a área objeto da operação;
- 6.003** Extrato das plantas de ordenamento do plano municipal de ordenamento do território de maior pormenor, assinalando a área objeto da operação;
- 6.004** Extrato das plantas de condicionantes do plano municipal de ordenamento do território de maior pormenor, assinalando a área objeto da operação;
- 7.001** Levantamento topográfico, sempre que haja alteração da topografia ou da implantação das construções, à escala de 1:500, devidamente cotado, que identifique o prédio e a respetiva área, assim como o espaço público envolvente (n.º 3, Anexo I, Port. 113/15, 22/04);
- 7.003** Planta da situação existente, à escala de 1:1.000 ou superior, correspondente ao estado e uso atual do terreno e de uma faixa envolvente com dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com indicação dos valores naturais e construídos, de servidões administrativas e restrições de utilidade pública e infraestruturas existentes (Al. a), n.º 8, Anexo I, Port. 113/15, 22/04);
- 8.130** Termo de responsabilidade do seu autor do plano de acessibilidade que ateste que a execução da operação se conforma com o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, desde que inclua tipologias do seu artigo 2.º (Al. i), n.º 13, Anexo I, Port. 113/15, 22/04);

- 8.131** Comprovativo da habilitação do técnico autor do projeto se encontra habilitado para subscrever o projeto (n.º 3, Art 10, RJUE);
- 8.132** Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil do técnico, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho (n.º 3, Art 10, RJUE);
- 8.133** Plano de acessibilidades constituído por peças escritas, que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis (Al. c), n.º 8, Anexo I, Port. 113/15, 22/04);
- 8.134** Plano de acessibilidades constituído por peças desenhadas, que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis (Al. c), n.º 8, Anexo I, Port. 113/15, 22/04);